

**UNITED STATES DISTRICT COURT
IN THE
SOUTHERN DISTRICT OF FLORIDA**

**ROGERIO CHAVES SCOTTON,
Petitioner,**

CASE NO: 17-cv-62428-KMW

Vs.

**UNITED STATES OF AMERICA,
Respondent.**

**MOÇÃO DO PETICIONÁRIO PARA SOLICITAR PRORROGAÇÃO DE
TEMPO PARA RESPONDER AO RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO
DO MAGISTRADO POR BOA CAUSA E UMA ORDEM PARA
REQUERENDO O ESCRITÓRIO DO TRIBUNAL A LIBERAR DE TODOS
OS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS CJA.**

Vem agora, o Peticionário Rogério Chaves Scotton, por meio de pro se, respeitosamente move este Tribunal com esta moção para solicitar prorrogação de prazo para responder ao relatório de recomendação do Juiz Magistrado Reid por justa causa.

Em apoio a esta moção, o Peticionário Scotton declara o seguinte:

Como questão inicial, Scotton respeitosamente solicita, como litigante prosaico, que este Tribunal interprete sua moção liberalmente de acordo com HAINES vs. KERNER, 404 U.S. 519, 92 S. Ct. 594, 30 L. Ed. 2d 652 (1972), aceita todas as alegações factuais contidas aqui e conforme detalhadas neste pedido como verdadeiras, e avalia todas as inferências razoáveis derivadas desses fatos à luz mais favorável a Scotton. TANNENBAUM vs. UNITED STATES, 148 F.3d 1262 (11th Cir. 1998). Na verdade, Scotton lembra a Corte que esta é uma moção em prosa que deveria merecer o padrão menos estrito de consideração ordenado sob ESTADOS UNIDOS vs. JONES, 125 F.3d 1418, 1428 (11º Cir. 1997), e a Corte “deve olhe além dos rótulo das petições apresentadas por pro se individuos em prosa para interpretá-los sob qualquer estatuto que proporcione alívio”. MEANS vs. ALABAMA, 209 F.3d 1241, 1242 (11th Cir. 2000) (por curiam); ANDREW vs. ESTADOS UNIDOS, 373 U.S. 334, 337-38, 83 S. Ct. 1236, 10 L. Ed. 2d 383 (1963). “[O] juízo dos méritos básicos das reclamações não é prejudicado pela confiança nos títulos que os petionários atribuem a seus documentos”. (cotação omitida). Esta prática reconhece a importância de permitir que as reclamações meritórias sejam ouvidas e decididas independentemente de meros vícios de contestação introduzidos por litigantes legalmente pouco sofisticados, como este apresentado pelo Peticionário.

I. ANTECEDENTES RELEVANTES

Em 11 de Dezembro de 2017, o Peticionário apresentou a este Tribunal seu memorando de lei de acordo com a lei federal de numero 28 U.S.C. § 2255 solicitando que a justiça fosse feita. Suas

reivindicações substanciais foram indevidamente e ilegalmente negadas em 28 de dezembro de 2017 pelo juiz Federico Moreno.

O Peticionário apresentou em diferentes ocasiões, quatro diferentes moções solicitando a este Tribunal a correção do erro intensionalmente cometido e flagrado sobre CASTRO vs ESTADOS UNIDOS, 540 U.S. 375 (2003). Todas as quatro moções foram ignoradas e injustamente negadas sem maiores explicações por este Tribunal. (ver Scotton vs. Estados Unidos, caso nº: relatório do processo 12-CR-60049-KMW). Scotton apelou essa decisão injusta e ilegal para o Tribunal Eleventh Circuit.

Em 7 de Abril de 2019, 18 meses depois de ter sua petição ilegalmente negada, o painel de três Juízes do Tribunal de Recursos do Décimo Primeiro Circuito emitiu uma ordem (NÃO PUBLICADA) revertendo a order ilegal emitida pelo Juiz Federico Moreno e o retirou do caso de Scotton por conflitos the interesses por sua imparcialidade injusta e ilegal que resultou à Petição sua seção 2255 erradamente negada. A promotoria admitiu que este Tribunal cometeu um erro, e a teria renunciado quaisquer outros argumento que pudesse ter sido usados para afirmar ou rejeição da moção do Peticionário por outro motivo.

O Tribunal de Apelações concluiu que este Tribunal caracterizou duas moções anteriores apresentadas pelo Peticionário, no entanto, em ambas as vezes, o fez sem dar ao Peticionário as advertências exigidas sobre CASTRO vs. ESTADOS UNIDOS, 540 U.S. 375, 124 S. Ct. 786 (2003).

Em 29 de Abril de 2019, este Tribunal reabriu a seção 2255 do Peticionário e permitiu que o Peticionário alterasse seu memorando de lei. Ao mesmo tempo retirando o juiz Moreno do caso de acordo com o artigo 28 U.S.C. § 455 porque sua imparcialidade neste caso e sobre todas as suas ordens, negando Scotton seus direitos constitutionais foram razoavelmente questionada.

Em ou por volta de 27 de Maio de 2020, o promotor apresentou uma resposta de 91 páginas em tentativa de reivindicar os argumentos substanciais do Peticionário apresentadas sobre sua a seção 2255 e forneceu a este Tribunal mais fumaças e laberinto de espelhos na tentativa de minar as reivindicações constitucionais do Peticionário.

Em 14 de Dezembro de 2020, a juíza magistrada Lisette Reid apresentou seu relatório de recomendação e pediu a este Tribunal que negasse os apelos de justiça feito pelo Peticionário, enganado todas as reivindicações constitucionais substanciais apresentadas por Scotton. De fato, a própria Magistrada declarou sobre sua propria moção que ambos Advogados, Doakes e Adelstein informaram a este Tribunal que estiveram visitando Scotton na prisão antes do seu julgamento para revisar as evidencias produzidas pela promotoria contra Scotton nos CDs de descobrimento. Esta alegação e simplesmente false e sem mérito. Assim, De fato, nenhuma EVIDÊNCIA FOI FORNECIDA PARA APOIAR A REIVINDICAÇÃO DO MAGISTRADO OU mesmo PARA APOIAR AS REIVINDICAÇÕES DOS PROPRIOS ADVOGADOS. No entanto, os transcritos deste caso analisam que, durante o curso do julgamento do Peticionário, todos os CDs de evidencia providenciado pela promotoria no qual alegava-se the ter evidencias contra o Scotton estavam de fato VAZIO. (Ver DE-511 pg 42, DE-511 pg 126, DE-511 pg 128 e DE-470 pg 90-91 dos transcritos); (Veja também, DE-51 130-132, DE-470 pg 93).

Portanto, a declaração da juiz magistrado Reid, bem como a declaração do advogado Doakes e Adelstein sugerindo fazer a revisão dos de CDs junto com o Scotton é ultrajantemente absurda e é, sem dúvida, totalmente falsa.

Além disso, o Peticionário solicitou a este Tribunal em diversas ocasiões os comprovantes de apagamentos por services alegado feito a Scotton (CJA) pelos Advogados apontados neste caso no qual eles alegam ter revisado tais CDs por muitas horas. Esta alegação é false pelo simples fator

que nao havia nada dentro dos CDs como foi descoberto durante o julgamento. Aqui se pode ever claramente que os pedidos dos advogados de seus supostos serviços jurídicos prestados ao Peticionário, e constituído e estabelecido fraud contra a court e os contribuinte. Todas as solicitações formuladas pelo Peticionário foram totalmente ignoradas por este Tribunal. Por outro lado, a resposta do Juiza Magistrado para o Peticionário solicitar comprovantes de CJA dizendo que ele não deveria arquivar uma moção solicitando registro público e, portanto, informou que tais registros públicos devem ser solicitados diretamente ao escritório do escrivão.

Além disso, após sua libertação da prisão em, Fevereiro deste ano, o Peticionário questionou sobre este registro público em várias ocasiões por e-mail, notificação, telefone e por outros individuos que estiveram pessoalmente na secretaria do tribunal solicitando os referidos documentos. Este registro público não foram fornecido.

Em 12 de Dezembro de 2020, o secretário adjunto, Kevin Kappes, envia um e-mail ao Peticionário declarando o seguinte:

EM CONSIDERAÇÃO POR ESTE TRIBUNAL NEGAR SEUS PEDIDOS DE CÓPIAS DOS VOUCHERS CJA, ESTE ESCRITORIO NÃO TEMAUTORIDADE PARA LIBERAR ESTES DOCUMENTOS SEM UMA ORDEM JUDICIAL DO TRIBUNAL. (VER ANEXO 1).

Apesar disso, a própria juíza Reid informou ao Peticionário que solicitasse os referidos registros públicos ao cartório. (ver Scotton vs. US 12-Cr-60049 e 12-CV-62428 Ordem do Magistrado). Assim, e mais uma vez, foi negado ao Peticionário seu direito da primeira emendar constitucionais que le da os direitos para obter registros públicos. Esses documentos contradiz as declarações da juíza magistrada feitas sobre sua recomendação de relatório e provaria tambem fraude conduzida pelos advogados nomeados pelo tribunal contra os contribuintes.

II. PETIÇÃO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE TEMPO PARA RESPOSTA AO RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÃO DO MAGISTRADO NO INTERESSE DA JUSTIÇA

O Peticionário Scotton busca uma prorrogação de prazo de 30 dias para apresentar suas objeções ao relatório de recomendação do magistrado por justa causa porque, 1) pelos os atrasos causados intensionamente por este tribunal, 2) a falta de fornecimento de registros públicos, 3) o fato de que o Peticionário não sejam representados por advogado, 4) pelo fato que Scotton foi deportado ilegalmente para o Brasil com a roupa do corpo na qual coloca ele em uma falta e limitação de acesso a este tribunal e 5) pela dificuldade de investigação de processos judiciais e de acesso ao seus materiais que se encontram atualmente nos Estados Unidos.

O Peticionário também pede ao Tribunal que considere os fatores desta pandemia. Além disso, o relatório de recomendação levantou novas questões que o Peticionário precisará de tempo adequado para responder de forma adequada. Particularmente tendo em questão deste prazo iminente e o efeito do atraso neste caso causado pelos próprios erros intencionais deste tribunal, bem como a negação ilegal desta seção 2255 por volta de 28 de Dezembro de 2017, que é do conhecimento de todas as partes. Contra esse pano de fundo e todos os fatos neste caso de um réu único, um prazo de 14 dias permitido para responder a tal relatório de recomendação e responder a novas alegações não contestadas pelo Peticionário em seu pedido de justice anteriormente é totalmente irracional.

O Peticionário mostrou diligência, no qual deve satisfazer este Tribunal em todos os elementos. Conforme observado em outro lugar. O Peticionário tem buscado vários registros públicos e provas ao abrigo desta seção 2255 por algum tempo. Os esforços atuais do Peticionário - para obter registros e suas numerosas moções para obrigar, e esforços subsequentes para tornar a

produção utilizável - são adequados. Conseqüentemente, a moção do Peticionário para prorrogação do prazo deve ser OUTORGADA.

O Peticionário alega que a Regra 6 das Regras Federais de Processo Civil prevê na parte relevante que:

Quando um ato pode ou deve ser praticado dentro de um prazo especificado, o tribunal pode, por justa causa, prorrogar o prazo:

(UMA) . . . se uma solicitação for feita antes do prazo original ou de sua prorrogação expirar; ou (B) na moção feita após o tempo ter expirado se a parte deixou de agir por causa de negligência desculpável. Fed. R. Civ. P. 6 (b) (1) (A), (B). Visto que o Peticionário apresentou sua moção de prorrogação no prazo antes do prazo para apresentação a resposta ao relatório do Magistrado e apresentou justa causa, esta moção deve ser concedida. Veja Fed. R. Civ. P. 6 (b) (1) (A).

A regra 6 não define "boa causa", mas os comentaristas observaram que uma parte deve fornecer algum tipo de justificativa para a extensão. Veja o Fed de Moore. Prato. - Civil § 6.06 [2]; Wright & Miller, 4B Fed. Prato. & Proc. § 1165; ver também Kerns v. Board of Commissioners of Bernalillo County, No. CIV 07-771, 2010 U.S. Dist. LEXIS 40403, 2010 WL 1632732, * 5 (DNM 31 de março de 2010) ("Boa causa, necessária para uma extensão de tempo ao abrigo da regra 6 (b) (1) (A), geralmente significa uma razão substancial no valor da lei para uma desculpa legal para a omissão de um ato exigido por lei. ") (citação omitida). Além disso, um "tribunal geralmente encontrará uma boa causa e concederá a prorrogação, a menos que a parte que se mudou tenha sido negligente, faltou diligência, agiu de má fé ou abusou do privilégio de prorrogações anteriores." Moore's Fed. Prato. - Civil § 6.06 [2]; Wright & Miller, 4B Fed. Prato. & Proc. § 1165 ("[Um] pedido de prorrogação do prazo de acordo com a Regra 6 (b) (1) normalmente será concedido na ausência de má-fé por parte da parte que busca alívio ou prejuízo para a parte

contrária."). O padrão de "boa causa", portanto, "é um padrão não rigoroso que foi interpretado amplamente." Ahanchian v. Xenon Pictures, Inc., 624 F.3d 1253, 1259 (9º Cir. 2010).

Este Tribunal deve concluir que o Peticionário tem direito a uma prorrogação do prazo.

III. ORDEM PARA OBRIGAR O FUNCIONÁRIO DO TRIBUNAL PARA LIBERAR TODOS OS COMPROVANTES CJA VOUCHERS

O Peticionário afirma que seus direitos de Primeira Emenda da constituição foram violados. Em numerosas ocasiões, o Peticionário interpôs neste Tribunal petições e notificações solicitando os comprovantes de serviços alegados pelos os advogado apontados neste caso abaixo dos vouchers CJA. Todas as solicitações de registros públicos foram ignoradas e negadas.

A Magistrada Reid fez uma reclamação em seu relatório de recomendação alegando que o Peticionário teve comportamento impróprio com todos os advogados, o que é totalmente falso e sem mérito. Portanto, recuse-se a liberar os comprovantes vouchers CJA ou a mostrar qualquer evidência substancial para apoiar tal declaração de boato e suas outras alegações falsas.

O Peticionário alega que em muitas ocasiões seu amigo foi ao Tribunal a fim de apresentar uma moção para que o Peticionário que se encontra atualmente no Brasil, para que pudesse mudar seu endereço no expediente e solicite a situação do processo. Sendo que Mr. Arce perguntava sobre os direitos constitutionais do Scotton , e o escrivão começou a fazer-lhe inúmeras perguntas e recusou-se a protocolar as referidas moções, afirmando que ele precisava deixar a moção com ele. Nenhuma cópia dessas moções ou recibo foi entregue ao Sr. Arce.

Em outra ocasião, por volta de Dezembro 7 de 2020, o Sr. Arce retornou ao Distrito Sul da Flórida, divisão de Miami para perguntar por que essas moções não foram protocoladas e fornecer ao escrivão outra cópia das referidas moções e solicitar que elas sejam protocoladas.

Mais perguntas foram feitas ao Sr. Arce e ele foi novamente instruído a deixar os documentos com o escrivão sem receber qualquer confirmação de arquivamento ou recebimento. (Veja o Documento 2 de Declaração de Arce).

De acordo com a seção 3006A (4) (A), este Tribunal deve retirar o selo de todo e qualquer comprovante de CJA, bem como liberar uma cópia ao Peticionário sem demora. Portanto, tendo a Libertação dos documentos em questão, falsas alegações apresentadas neste caso serão resolvidas de uma vez por todas.

O Magistrado ainda usou a mesma declaração falsa e absurda que uma vez também foi usada pelo Juiza Rosebaum. Alegando que o Peticionário não cooperou com os advogados nomeados pelo Tribunal e mais ainda, que o Peticionário abusou verbalmente todos advogados. Não há uma única evidência se que **MOSTRADA** por qualquer advogado ou mesmo por este Tribunal que pudesse confirmar essa falsas alegação da parte desta Court sua cupula de Advogados disonestos sugando esse Sistema judicial corrupto. Ao em ves the apresentar qualquer evidências, este é o típico encobrimento de tal sistema jurídico maligno. Na realidade, qualquer réu que optar por combater esse sistema jurídico de corrupção, se qualifica como réu que não coopera com os advogados. E aqui neste caso não poderia ser diferente. Todos os advogados constantemente solicitaram ao Peticionário que se declare culpado, fazendo assim varias intimidações. Tudo isso sem levarem em consideração Scotton inocência. Como o Peticionário não concordou com esta corrupção e sendo que o mesmo optou por não renunciar aos seus direitos e por manter a sua dignidade e moral, tornou-se o cancer e o sangramento do sistema jurídico corrompido.

No entanto, novamente Scotton exercíta seus direitos constitucionais e solicita novamente neste Tribunal a liberação dos comprovantes de pagamentos e alegacoes de servicos legais prestados neste case, e dos demais registros públicos já solicitados. Conforme afirmou o escrivão,

ele não poderia liberar os referidos documentos sem esta ordem judicial, embora o juiz Reid instruiu o Peticionário a solicitá-los ao cartório do escrivão.

Nesse sentido, e por todas as razões e causas, fatos apresentados com a presente moção, e no interesse da justiça, o Peticionário Rogério Chaves Scotton agora solicita ao Tribunal que defere esta moção no total, confirme a ele a prorrogação de 30 dias para responder ao relatório de recomendação e ordenar que o escrivão deste Tribunal desbloqueie e libere todos os vouchers CJA sem demora.

Portanto, no interesse da justiça e da equidade, o Recorrente ora pelas razões expostas acima, para que este Tribunal conceda sua moção.

Scotton apresenta esta moção de boa fé e no interesse da justiça.

Respectfully Submitted,

ROGERIO CHAVES SCOTTON
5201 BLUE LAGOON DRIVE, STE 800
MIAMI, FL 33126

PROOF OF SERVICE

I Rogerio Chaves Scotton, do certify that on this December 19, 2020, I have served the attached motion requesting extension of time and public records (which is under the Petitioner's constitutional rights) on the Southern District of Florida in the above proceeding. I have served this motion via, United States Postal Service (USPS) certified mail as served as well direct to the Clerk office.

Respectfully Submitted,

ROGERIO CHAVES SCOTTON
5201 BLUE LAGOON DRIVE, STE 800
MIAMI, FL 33126

EXHIBIT 1

Clerk's office email sent to Scotton inquiring the Court's approval to release the CJA vouchers.

The screenshot shows an email client interface with a blue header bar. The title bar reads "RE: CJA Vouchers - Message (HTML)". The ribbon includes "File", "Message", and "Help". The ribbon contains various icons for actions like Ignore, Delete, Archive, Reply, Forward, Meeting, and more. The email header shows it is from Kevin Kappes <Kevin_Kappes@flsd.uscourts.gov> to 'rogerioscotton50@gmail.com' with the subject "RE: CJA Vouchers". A notification states "You forwarded this message on 12/11/2020 1:54 PM." The email body contains the following text:

Good morning Mr. Scotton,

In consideration of this Court's rulings denying your requests for copies of the CJA vouchers, the Clerk's Office is without authority to release these documents without further court order.


Respectfully,

Kevin Kappes
Chief Deputy Clerk - Administration
United States District Court for the Southern District of Florida
400 N. Miami Avenue, Room 08N09

From: rogerioscotton50@gmail.com <rogerioscotton50@gmail.com>
Sent: Tuesday, December 08, 2020 3:01 PM
To: Kevin Kappes <Kevin_Kappes@flsd.uscourts.gov>
Subject: CJA Vouchers

CAUTION - EXTERNAL:

Hi Mr. Kappes, I would like to know if will be possible to obtain all CJA vouchers submitted by all court appointed attorney inquiring compensation for legal services provide to me.
Thank You,


Rogério Scotton
(561) 403 0061
(561) 403 0061

The bottom of the screenshot shows a Windows taskbar with various application icons and a system tray on the right displaying the time as 1:58 PM on 12/11/2020.

EXHIBIT 2

Mr. Marco Arce Affidavit.

MARCO ARCE AFFIDAVIT

AFFIDAVIT

Eu, Marco Arce, estando devidamente [juramentado / afirmado] de acordo com a lei, declaro que todas as declarações feitas nos termos deste instrumento são verdadeiras e que os fatos expostos no anterior também são verdadeiros e corretos de acordo com o meu conhecimento pessoal e / ou para o melhor da minha informação e crença.

Em duas ocasiões, fui ao Tribunal Distrital do Sul, Divisão de Miami, a fim de apresentar duas petições feitas pelo Sr. Scotton ao escritório do secretário.

Em ambas as ocasiões, recebi tratamento hostil, perguntram o por que eu estaria ajudando o Sr. Scotton e qual era o meu interesse no caso, bem como para o Sr. Scotton.

Acredito plenamente agora que o Sr. Scotton esteve durante todo esse tempo privado de um processo legal e justo e teve seus direitos constitucionais violados.

Também solicitei ao cartório uma cópia de todos os vouchers CJA que o Sr. Scotton consultou sob sua notificação e em muitas ocasiões. Recebi uma desculpa frívola e me disseram para sair do Tribunal.

Não recebi as moções do Sr. Scotton de volta, nem as referidas moções foram apresentadas no tribunal.

Também enviei hoje, 19 de Dezembro de 2020, esta declaração juramentada que está anexada à moção do Sr. Scotton para extensão por correio certificado dos EUA.

[Signature of Affiant]
Name of Affiant: _____

On December 19, 2020, before me, the undersigned affiant Marco Arce, personally appeared with his Florida drive license number: _____ to be the person whose name is subscribed to this instrument and acknowledge that he executed the same for the purpose therein contained.

In witness whereof, I hereunto set my hand and official seal.

[Signature of official administering oath]
Notary Public
My commission expires: